

EDITAL N.º I/149003/17/CMP

António Manuel Nunes de Sá Codeço, Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares, torna público que, por despacho de 28/04/2017, o Senhor Vereador com o Pelouro do Comércio, Turismo e Fiscalização, no uso da competência delegada pelo Presidente da Câmara através da Ordem de Serviço n.º I/310719/16/CMP de 21/10/2016, determinou, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 107.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, na sua atual redação, a **Posse Administrativa** do imóvel sito à Rua das Cavadas, sem número de polícia, do lado direito do prédio com entrada pelo n.º 355, confrontando a sul com a Via de Cintura Interna desta Cidade, com vista à **execução coerciva** das obras de demolição total da obra ilegal existente e reposição do terreno nas condições originais, nos termos e com os fundamentos constantes do n.º 1 do artigo 106.º do RJUE, impostas nos termos e com os fundamentos que melhor constam da informação I/227722/16/CMP, ordenadas a 23/09/2016, e publicitado através do edital n.º I/271527/16/CMP, justificando-se a intervenção Municipal na realização das seguintes obras:

- Remoção da estrutura metálica, com cerca de 50,00m² de área e uma altura aproximada de 3,5m, em perfis metálicos de cor branca, encerrada por paredes em chapas de vidro de grandes dimensões e telhado em painel metálico, com isolamento térmico incorporado;
- Remoção da laje de pavimento, em betão, onde se encontra cravada a construção mencionada no ponto anterior;
- Remoção das várias redes de infraestruturas da futura construção já pré-instaladas no local;
- Remoção do muro que confronta com o passeio pedonal público adjacente, em blocos de cimento, e caixas de contadores aí instaladas.

Assim, o infrator fica notificado que foi agendada pelos Serviços, para o dia 19/07/2017, pelas 10h:00m, a referida tomada de posse administrativa, com vista à reposição coerciva da legalidade urbanística, sendo que, as quantias relativas às despesas realizadas com a referida execução coerciva, incluindo quaisquer indemnizações ou sanções pecuniárias que a Administração tenha de suportar para o efeito, serão imputadas ao infrator, nos termos do disposto no artigo 108.º do RJUE.

Para constar se lavraram editais que vão ser afixados no Gabinete do Município e no local.

Porto e Paços do Município, 10 de Maio de 2017

O Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares,



(António Codeço)